



Na Mídia

31/07/2025 | [Valor Econômico](#)

Leilão Eco Invest busca capital para a restauração de um milhão de hectares de pastagens

Ideia do projeto é levantar recursos para combater a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa no país: o uso da terra

Janes Rocha

Às vésperas da COP30, em Belém, o governo busca, com o segundo Leilão Eco Invest Brasil, levantar recursos para combater a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa no país: o uso da terra.

O segundo leilão Blended Finance de Recuperação de Terras Degradadas faz parte do Programa Eco Invest Brasil. Criado no ano passado (Lei nº 14.995), é conduzido pelos ministérios da Fazenda (MF) e do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No primeiro leilão, realizado em outubro de 2024, havia um espectro mais amplo de projetos (transição energética, economia circular, infraestrutura e bioeconomia) e, no segundo, o MF aprovou propostas em um total de R\$ 7 bilhões, que devem alavancar investimentos de R\$ 45 bilhões. O segundo leilão é focado na recuperação de pastagens degradadas, tendo como meta um milhão de hectares nos seis biomas (Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal), o que não se limita a reflorestamento.

PASTAGENS DEGRADADAS POR BIOMAS

Graus severo e moderado de degradação nas diferentes regiões — em milhões de hectares/2023



Fonte: Embrapa

Diversas atividades produtivas sustentáveis são elegíveis, como adubação, plantio de capins, integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e manejo rotacionado, desde que promovam a recuperação do solo e aumentem a

produtividade por hectare. É obrigatório que pelo menos 50% dos recursos sejam destinados à produção de alimentos e proteína animal. “Ou seja, o pasto pode continuar sendo utilizado para a pecuária, desde que de forma sustentável e alinhada aos critérios técnicos do programa”, diz Roberto Vianna, sócio do escritório Vieira Rezende Advogados. “O programa Eco Invest visa facilitar a captação de recursos para financiamento de projetos de sustentabilidade que normalmente teriam dificuldade de acessar o mercado normal.”

A denominação “blended finance” se refere à fonte de recursos, uma mescla de capital filantrópico/subsidiado com comercial. A parcela subsidiada é do Fundo Clima, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja taxa de juros é 1% ao ano.

"Leilão temático"

O custo para o tomador final, ou seja, o dono da pastagem degradada ou o desenvolvedor do projeto de transformação ecológica, será uma função daquela cobrada pelo governo junto à instituição financeira, explica Thiago Giantomassi, sócio do escritório Demarest Advogados. O escritório foi contratado pelo BID para estruturar a parte jurídica da operação. Virgínia Mesquita, também sócia do Demarest, estima que o segundo leilão deve movimentar entre R\$ 1 bilhão e 1,5 bilhão, por ser um projeto mais restrito. “É um leilão temático.”

O segundo leilão foi anunciado em abril, teve seu prazo de apresentação de propostas fixado em 13 de junho, foi adiado para 21 de julho e seu resultado não havido sido divulgado até o fechamento desta edição. Segundo o MF, a prorrogação respondeu a uma adequação operacional pedida pelos bancos para que tivessem mais tempo de refinar as carteiras de projetos que pretendem apresentar.

O Itaú BBA confirmou estar analisando as oportunidades com clientes de diferentes setores em cada bioma. “Nosso objetivo é impulsionar a recuperação de áreas degradadas, garantindo o aumento da produção agropecuária em áreas já ocupadas e, portanto, contribuindo para que o país tenha um papel relevante na agenda da segurança alimentar e da preservação dos recursos naturais”, informa Cristina Vieira, superintendente de estratégia do Itaú BBA.



Roberto Vianna, sócio do Vieira Rezende Advogados: “O pasto pode continuar sendo utilizado para a pecuária, desde que de forma sustentável e alinhada aos critérios técnicos do Eco Invest” — Foto: Divulgação

Salo Coslovsky, professor associado da Escola de Serviço Público Robert F. Wagner da Universidade de Nova York e pesquisador do Projeto Amazônia, observa que levantar dinheiro junto a grandes investidores pode ser menos complexo do que gastar em um projeto sério. “Para gastar, tem que encontrar quem queira colocar as mudas no chão”, afirma o pesquisador, lembrando que, como o negócio de restauração florestal ainda é muito novo no país, há poucas empresas de pequeno e médio portes especializadas.

O prazo é chave quando se trata de reflorestamento, acrescenta Rodrigo Ciriello, sócio da Futura Florestal e dirigente da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças Nativas (Nativas Brasil). Enquanto a estrutura do Eco Invest estabelece dez anos, com carência de até três anos, para o financiamento, o tempo mínimo de maturação de espécies nativas pode chegar a 25 anos. “Pedimos um ajuste nos prazos e eles se disseram abertos à revisão”, afirma Ciriello.

O MF informa que os prazos e condições que cada banco oferece aos seus clientes finais são definidos de forma independente, podendo ser ajustados de acordo com a natureza e o cronograma de cada projeto, inclusive para iniciativas de reflorestamento com prazos mais longos de maturação.

Ciriello alerta ainda para a necessidade de estabelecimento de uma política pública de incentivo à produção de mudas nativas, pois não há no país oferta suficiente para atender à demanda de um milhão de hectares como pretendido pelo governo. “Se esse projeto não tiver uma base bem sólida para que possa ter milhões, ou até bilhões, de mudas disponíveis para fazer o modelo produtivo, não vai ter sucesso”, diz.

